

Peças Ligeiras

É uma baleia a pretensão de impedir que alguns candidatos sejam mais abonados de apoio financeiro em suas campanhas. O máximo que se obteve com a lei que receia a liberdade de propaganda eleitoral foi impedir que o eleitor tenha uma noção exata dos gastos. E os candidatos se desobrigaram de confessar quanto gastaram e quanto arrecadaram.

A campanha presidencial confundiu o eleitor já no primeiro turno. Como na revolução dos bichos, de George Orwell, alguns candidatos acabaram mais *iguais* do que outros. A começar pela distribuição do tempo no programa dito gratuito, no rádio e na televisão. Só não é pago o tempo de que a propaganda faz uso. O jogo das conveniências cúmplices apresentou a desigualdade como expressão da democracia, da representatividade das bancadas e da equidade política. Candidatos com um minuto por dia tiveram de se contentar com duas aparições de trinta segundos na televisão e no rádio. Eram fantasmas democráticos. Um mereceu onze minutos duas vezes (22 por dia). Os demais se acomodaram.

Com exceção dos candidatos que se exprimiam telegraficamente, todos confiaram-se a empresas produtoras. O trabalho especializado custa dinheiro. O público não tem a menor noção a respeito do assunto e, em consequência, fica no desconhecimento. Os partidos não prestam contas dos gastos nem da procedência dos recursos que escapam ao sentido da lei que baniu o poder econômico da eleição. De todas. A desigualdade de tempo leva à desigualdade de gastos. Logo, o

poder econômico se disfarça nas campanhas. O primeiro turno pede uma CPI.

O eleitor já deve ter apagado da mente a vaga mensagem política dos candidatos mas ficou a sonoridade com que esvoaçavam no ritmo de sambinhas e embalados em estribilhos graciosos. Sucessão presidencial não é, entretanto, audição de peças ligeiras. Letra e música, filmetes sobre a natureza ou *flashes* de favelas e favelados, seqüências de verde violado pelo progresso é tudo pago - e bem pago. Quem arca com o tempo são as emissoras. A produção das peças é um próspero negócio.

Aonde foi parar a igualdade que excluía a vantagem econômica de uns em relação a outros? O único vestígio ficou sendo a apresentação no rádio e na televisão: nenhum partido paga pelo tempo que usa. A desigualdade de tempo é reforçada pela desigualdade dos gastos. A igualdade mais resguardada é a de não prestar contas. Basta fingir.

Quantas eleições ainda serão necessárias para que os cidadãos percebam o embuste? Se a igualdade não pode ser absoluta, então que pelo menos a liberdade seja o critério. E, em nome da moralidade, se abra a contabilidade das campanhas políticas: os candidatos passam a ter o direito de receber doações com a obrigação de identificar as fontes. E se acabe com a reserva de mercado garantida à produção dos programas: as emissoras passam a veicular propaganda eleitoral pelo tempo que os candidatos entenderem proveitoso. Até lá, cite-se menos o nime da democracia, para protegê-la contra os abusos.